www.oriobranco.net ANO 47 - Nº 12.656 EDIÇÃO DE SÁBADO, 19 DE SETEMBRO DE 2020

Artigo do **Narciso**

Direito/dever

Não é a política que faz o candidato virar ladrão é o seu voto que faz o ladrão vira político.

Pág. 03

João Correia rebate Eliane Sinhasique sobre histórico de 'infidelidade ao MDB'

Por Wanglézio Braga

A declaração de apoio de Eliane Sinhasique à candidatura da prefeita Socorro Neri (PSB) vem repercutindo dentro e fora do partido. Ontem (17), já no final da noite, um dos caciques do MB, o ex-deputado João Correia, resolveu quebrar o silêncio e manifestou descontentamento com a fala da atual Secretária de Empreendedorismo e Turismo do Governo Gladson Cameli (PP).

Pág. 03

FOTO: CEDIDA

João Correia, em sua publicação, eliminou qualquer comparação que tenha em relação as suas ações no passado

Em reunião, Gladson anuncia a convocação de 201 aprovados em concurso da PC

FOTO: CEDIDA

A convocação de novos agentes para a pasta da segurança foi uma promessa de campanha das eleições de 2018

Por Wanglézio Braga

A última agenda desta quinta-feira (17) do Governador Gladson Cameli (PP) foi com o Secretário de Segurança Pública, Paulo César. Na reunião entre o chefe do executivo e o secretário, a convocação e nomeação de mais de 200 aprovados no último concurso da Polícia Civil (PC).

Pág. 04

Acre permanece na Bandeira Amarela pela terceira avaliação consecutiva

A coletiva de imprensa realizada na tarde desta sexta-feira, 18, pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre) e do Comitê de Acompanhamento Especial da Covid-19, revelou que mesmo com melhorias tímidas nos indicadores das regionais de saúde, todo o Acre se mantém ainda em Nível de Atenção (Bandeira Amarela) pela terceira avaliação consecutiva.

Pág. 08

FOTO: SECOM

A próxima classificação de risco será revelada no dia 2 de outubro

Conselheiro tutelar é preso por abuso sexual de adolescente em Porto Acre

Pág. 05

FOTO: CEDIDA

Com a declaração do decreto, o governo não precisa fazer licitação para contratar o serviço de reforma e estudo de viabilização da área

Governo decreta emergência por causa de problemas na captação de água em Rio Branco

Marcelina Freire

O vazamento de água na área de captação de água e Estação de Tratamento (ETA II) deixou a capital acreana sem água em diversos bairros por vários dias neste mês de setembro e fez o governo do Acre decretar situação de emergência.

Pág. 05

Governo, produtores rurais e órgãos ambientais alinham ações de fortalecimento do agronegócio

Pág. 06

Servidores do ISE participam de alinhamento voltado

O Instituto Socioeducativo do Acre (ISE/AC) realizou na manhã desta sexta-feira, 18, uma capacitação interna voltada para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os servidores do órgão foram orientados sobre a utilização da ferramenta e os benefícios proporcionados com a implantação do sistema na gestão governamental.

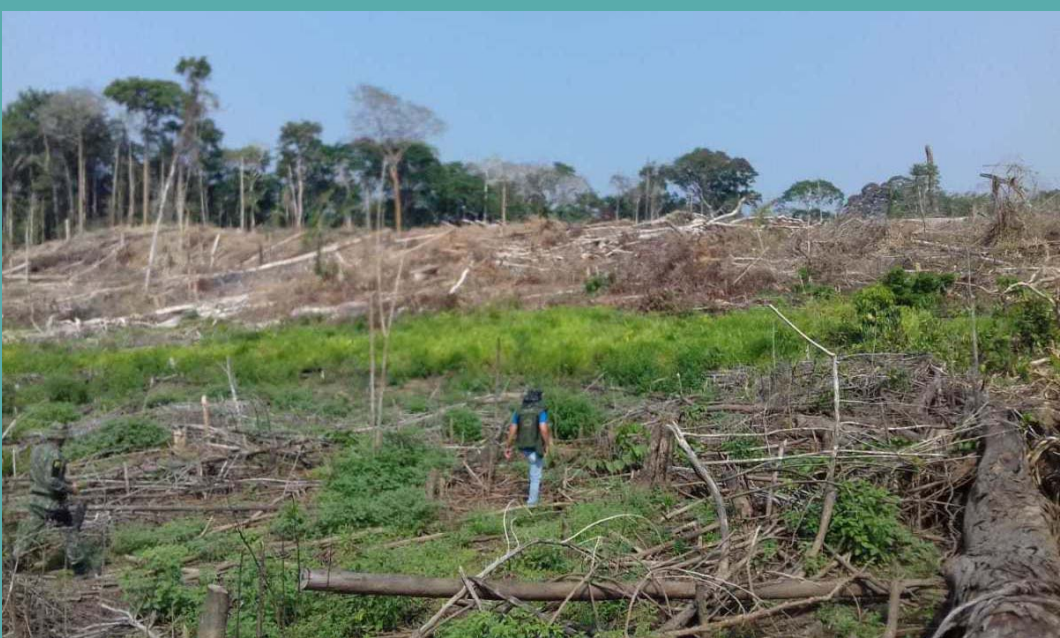
Pág. 08

FOTO: ELENILSON OLIVEIRA

Servidores foram orientados sobre as principais ferramentas do sistema

EDITORIAL

O Pantanal está queimando – a era do fogo chegou

No ano de 2015, o pesquisador norte americano, Stephen Pyne, cunhou um termo para designar uma nova era que se inicia em nosso planeta: o PIROCENO. Basicamente, essa teoria prega que, o mesmo elemento que nos levou a ser uma espécie dominante, será o responsável por destruir boa parte da nossa própria existência – isso é apenas uma questão de tempo. Diuturnamente, temos sido bombardeados por notícias sobre as queimadas no Brasil e no mundo, como se isso fosse alguma grande novidade. Na América do Norte, por exemplo, as queimadas acontecem anualmente e, além de destruir dezenas de hectares de florestas, queimam casas e ceifam vidas humanas e de outros animais. No Brasil, acontece o mesmo. As queimadas, principalmente no norte e centro-oeste, têm sido motivo de inúmeras manchetes em diferentes veículos de comunicação aqui e no mundo. Mas, o que está diferente dos anos anteriores? Duas coisas. A primeira é a passividade – nesse momento foi a melhor palavra que encontrei para as atitudes de quem vou mencionar em seguida – do Ministério do Meio Ambiente conduzido pelo ministro Ricardo Salles diante dos desastres ambientais quem vêm ocorrendo sequencialmente no Brasil há, pelo menos, dois anos. A segunda é a dimensão do que está acontecendo. Dimensão no sentido territorial e político. Especificamente, no caso do Pantanal, um dos biomas com maior biodiversidade do mundo e considerada a maior área úmida do planeta (guarde essa informação pois vamos falar dela em seguida), arde em chamas em uma área maior do que a cidade de Nova Iorque, deixando um enorme rastro de morte e desolação. A dimensão do estrago é tão grande que a fumaça chegou aos céus da cidade de Curitiba, no Paraná, que está a mais de 1800 quilômetros de distância.

O governo do Acre publicou nesta sexta-feira, 18, um comunicado afirmando que o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) "trabalha dentro legais e de forma não burocrática" e que, em função disso, já expediu cerca de 4 mil licenças ambientais desde 2019 até este mês de setembro

ARTIGO

Segurança e privacidade na aviação executiva no contexto da Covid-19

*Por Marcus Matta**

A eclosão da COVID-19 no Brasil provocou efeitos drásticos no setor de aviação. O número de voos caiu mais de 90% e deixou cidades menores total ou parcialmente inacessíveis por via aérea. Mas a crise também evidenciou um segmento que vem surgindo como alternativa de excelente relação custo-benefício - a propriedade compartilhada de aeronaves.

Após esse período de forte abalo, a economia começa a retomar suas atividades. A redução no ritmo das contaminações e a necessidade de voltar a operar e abastecer os mercados com produtos e serviços leva a roda dos negócios a girar novamente, evitando impactos ainda maiores sobre as atividades e os empregos.

Porém, é certo que a mudança de comportamento, com a priorização da saúde, da segurança e da privacidade, torna-se uma realidade incontestável, mesmo após a disponibilização de uma vacina eficaz. Novos protocolos e regras de segurança se impõem, e ainda assim, com muita atenção a qualquer atividade envolvendo a presença de várias pessoas em um mesmo local.

No setor de aviação, a pandemia destacou as vantagens da aviação executiva como alternativa para o deslocamento de empresários e executivos, com mais segurança e rapidez. Quem pode fazer uso dessa modalidade tem contornado muito melhor, e de forma muito mais eficaz, os percalços criados pela crise.

Não é por acaso que a demanda nesse setor vem crescendo recentemente. Segundo matéria da Forbes, enquanto as companhias aéreas registraram uma queda de 69% na terceira semana de junho, o número de voos privados teve redução de apenas 17%, em comparação ao mesmo período do ano passado. Se tomarmos o último dia 20 de junho isoladamente, as viagens em jatos executivos foram, impressionantemente, 2,5% acima do registrado na mesma data de 2019.

Contudo, a aviação executiva ainda pode ser muito cara. Para se ter ideia, com base em uma plataforma digital de táxi-aéreo, um voo de ida e volta na mesma semana, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, pode variar entre Riþ 30 mil e Riþ 300 mil, dependendo do modelo da aeronave. A alternativa existe!

Nesse contexto, acelera-se o crescimento do setor de compartilhamento de aeronaves, que se confirma como uma forte tendência e alternativa que apresenta o melhor custo-benefício. Essa modalidade de aquisição deve se intensificar principalmente por conta de empresários e executivos que não podem suspender suas atividades, por estarem em setores essenciais e por terem visto seus gastos aumentarem consideravelmente com o fretamento de aeronaves particulares. Isso também inclui empreendedores em busca de maior segurança e tranquilidade para suas equipes e suas famílias.

O movimento já é notado na Prime You, que registra um número crescente de contatos, de intenções de compra e de cotas comercializadas de jatos e helicópteros no modelo de propriedade compartilhada. Após a pandemia, a previsão é que o compartilhamento contribua para o crescimento da aviação executiva, já em níveis semelhantes aos de 2019, quando houve um incremento sem precedentes na comercialização de jatos executivos.

Para nós, que estamos na dianteira deste mercado, é muito estimulante ver que o comportamento de consumo está caminhando para uma forma mais inteligente de aquisição e que requer menos investimentos, com as vantagens de oferecer uso semelhante ao da propriedade exclusiva e de demandar menos esforços diretos na manutenção do ativo. É o futuro, que já está disponível.

Marcus Matta, CEO da Prime You

Curvas perigosas (ou não!) à frente: o que a curva da pandemia tem a ver com a curva dos sex-shops – analisando tendências

Pollyanna Rodrigues Gondin*
Shirlei Miranda Camargo**

Nestes últimos dias, em meio a algumas conversas, tivemos um *insight* (melhor não comentar como) sobre a maneira como as pessoas têm lidado com seus relacionamentos durante o isolamento social. Com o distanciamento, muitas pessoas solteiras se viram sozinhas, sem um parceiro para se relacionar. Logo tiveram que "apelar" para alguns, digamos, subterfúgios para suprir suas carências. Intrigadas com essas questões, decidimos pesquisar no Google Trends (ferramenta que mostra a popularidade dos termos buscados) e, adivinhe!?! Houve um crescimento, considerável, da busca pela palavra "sex shop" no Google. Veja o gráfico abaixo que apresenta o interesse por sex shops de maio de 2019 a agosto de 2020:

Percebam que há um "pico" bem no dia 07/06. Certamente por causa do dia dos namorados (casais separados devido ao isolamento também queriam comemorar). Este é, portanto, mais um segmento que se beneficiou do isolamento social.

E o que podemos aprender sobre isso? Bem, sempre falamos que, antes de fazer a sua estratégia e montar o seu negócio, a primeira etapa, e uma das mais importantes, é a análise ambiental. É nela que encontramos, não apenas as ameaças, mas também as oportunidades.

O Google Trends é uma das ferramentas que podemos utilizar para pesquisar tendências. O site do IBGE é outra, gratuita também, que pode trazer muitas ideias. Mas antes de sair por aí pesquisando aleatoriamente, é preciso se planejar para saber o que procurar. Primeiramente, quero investir, mas em qual segmento? Após essa delimitação, a sua pesquisa deve abarcar cinco dimensões que fazem parte do que chamamos do macroambiente: economia, política, sociedade/cultura, natureza e tecnologia. Então, pense e pesquise como cada uma destas dimensões pode refletir no seu negócio (ou futuro negócio). Por exemplo, você deve questionar como as políticas adotadas pelo governo podem impactar o seu negócio. E, ainda, como a queda da taxa de juros Selic pode ser benéfica ou maléfica para seu negócio. E o desemprego da população? E assim deve prosseguir sua pesquisa, em cada uma das dimensões elencadas. Com certeza, fazendo esta busca com qualidade, você saberá quais são as oportunidades e as ameaças que poderá encontrar pela frente e quais estratégias poderão ser criadas para explorar ou fugir delas. Ou até realmente repensar, no caso de um novo negócio, se deverá mesmo investir nele.... Assim, aventure-se, mas lembre-se que o sucesso de toda boa ideia vem com muita pesquisa e conhecimento a respeito!

***Pollyanna Rodrigues Gondin é economista e professora do Centro Universitário Internacional Uninter.**
****Shirlei Miranda Camargo é tutora do Curso de Gestão Comercial do Centro Universitário Internacional Uninter.**

A propaganda de defensivos agrícolas

*Por Lidia Cristina J. Santos**

A propaganda é um instrumento de informação da sociedade e, como tal, não pode ter o seu alcance limitado, exceto quando assim estabelecido por lei. Quando essa limitação ocorre sem que haja determinação legal, fere-se o princípio constitucional imaculável da liberdade de expressão, um dos mais consagrados direitos dos cidadãos assegurado como cláusula pétrea, pela Constituição Federal.

Proibir ou restringir inadequadamente a veiculação de mensagens publicitárias tem efeito contrário ao que medidas desse tipo supostamente buscam, qual seja a proteção e a defesa dos destinatários. A censura restringe o acesso ao conhecimento e limita a capacidade e a prerrogativa da escolha. No art. 220, a Constituição Federal estabelece que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição. O que se admite, nos termos do inciso II, do parágrafo 3°, do artigo 220 da Constituição Federal é que, por meio de Lei Federal, se estabeleça mecanismos de proteção e defesa aos destinatários, quando a propaganda se referir a produtos, práticas e serviços que possam trazer riscos à saúde e ao meio ambiente. Foi nesse sentido que a Constituição Federal determinou que a propaganda comercial de defensivos agrícolas estará sujeita a restrições legais e conterá, sempre que necessário, advertências sobre os malefícios decorrentes de seu uso. Defensivos agrícolas são insumos, ou seja, só são utilizados para a produção vegetal, reduzindo os danos causados pelas pragas agrícolas (insetos, ácaros, fungos, nematoides e plantas daninhas) e contribuindo para o aumento da produtividade ou rendimento das lavouras. Atualmente, a aquisição dos defensivos agrícolas só pode ser efetuada com a receita agronômica. Desta forma, a propaganda dirigida aos profissionais habilitados contribui para que, após o diagnóstico do problema, sejam prescritos os produtos mais adequados.

É fundamental que os profissionais que emitem as receitas agronômicas tenham sólida formação, estejam habilitados e atualizados. E a propaganda pode auxiliar como instrumento de educação e treinamento. Outro aspecto positivo da propaganda é alertar os consultores, extensionistas e produtores rurais para os cuidados a serem tomados ao se utilizar os defensivos agrícolas. São as BPAs (Boas Práticas Agrícolas) e UCS (Uso Correto e Seguro), essenciais para os manipuladores/aplicadores e para a qualidade dos alimentos produzidos. Restringir não é proibir! A restrição deve ser entendida, a bem da verdade, como uma exigência de advertência ao destinatário, respeitando-se, é claro, a particularidade de cada um dos produtos indicados quanto ao uso, riscos e benefícios.

O entendimento sobre o alcance dessas restrições não é uma tarefa fácil. Há muitos anos as empresas que produzem, importam e comercializam defensivos agrícolas têm enfrentado desafios junto ao Ministério Público Estadual e Federal, ensejando discussões setoriais sobre o melhor entendimento do assunto. O cerne da controvérsia refere-se ao tamanho das frases de advertência e aos meios aonde a propaganda de defensivos agrícolas é realizada. A Lei 9294/96 e o Decreto 2018/96 estabelecem que a propaganda de defensivos agrícolas deverá restringir-se a programas e a publicações dirigidas aos agricultores e pecuaristas, contendo completa explicação sobre a sua aplicação, precauções no emprego, consumo ou utilização. Na época em que foi editada essa legislação, a internet e as mídias sociais não eram utilizadas como fonte de consulta. A modernização da agricultura exige que essas fontes de consulta sejam utilizadas pelo produtor rural. É importante que se entenda que existem formas de dirigir esses meios aos interessados, sem que haja violação ao dever de informação e sem que se cause danos. Recentemente, a ANVISA incluiu o tema na sua agenda regulatória, iniciando a avaliação do impacto regulatório da normatização do tema, iniciando, assim um importante debate que será feito com toda a sociedade. A propaganda quando corretamente efetuada contribui para o aprimoramento da produção vegetal, visando maior produtividade e melhor qualidade, fundamentais para uma agricultura sustentável e qualidade de vida da população.

Lidia Cristina J. Santos, diretora financeira do CCAS e advogada-sócia do escritório Figueiredo e Santos Sociedade de Advogados e José Otávio Menten, Presidente do Conselho Científico Agro Sustentável (CCAS), Eng. Agrônomo, Mestre e Doutor em Agronomia, Pós-Doutorado em Manejo de Pragas e Biotecnologia e Professor Sênior da ESALQ/USP

O RIO BRANCO

EMPRESA O RIO BRANCO LTDA - C.G.C. (MF) 04.063.210/0001-80 - Insc. Est. 01.40.0534-4 - SEDE: Av. Ceará, 2.804 - Ed. Cristiano Mendes de Assis-Centro - Fone: (0xx68) 3302-1300 - Fax: (0xx68) 3302-1315 - Rio Branco-Acre - CEP: 69900-460 - e-mail: editor@oriobranco.net - oriobranco@gmail.com - comercial@oriobranco.com.br - www.oriobranco.net

Diretor de Jornalismo: MÁRCIO NUNES
Diretora Geral: LIBERDADE MARQUES
Editor-Chefe: WANGLÉZIO BRAGA

Redação: Wanglézio Braga Editoração Eletrônica: Edson Carrilho (1ºCaderno / 2º Caderno / Classificados)

REPRESENTANTES
FTPI Representação, Publicidade e Marketing Ltda. SCN Ed. Liberty Mall, Torre "A", Sala 617 – Brasília/DF - CEP: 70.912-704
FT/PI REPRESENTAÇÃO PUBLICIDADE MARKETIND LTDA Al. DOS MARACATINS, 508 – 9° ANDAR - MOEMA 04.089-001 – São Paulo – SP

PONTO DE VISTA:
OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO TRADUZEM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO JORNAL. NÃO DEVOLVEMOS ORIGINAIS, PUBLICADOS OU NÃO

ASSINATURAS
(68) 99951 - 5337 / (68) 2102-7900

João Correia rebate Eliane Sinhasique sobre histórico de 'infidelidade ao MDB'

Por Wanglézio Braga

A declaração de apoio de Eliane Sinhasique à candidatura da prefeita Socorro Neri (PSB) vem repercutindo dentro e fora do partido. Ontem (17), já no final da noite, um dos caciques do MB, o ex-deputado João Correia, resolveu quebrar o silêncio e manifestou descontentamento com a fala da atual Secretária de Empreendedorismo e Turismo do Governo Gladson Cameli (PP). "A decisão da Secretária de Estado do Governo Gladson Cameli, Eliane Sinhasique, em apoiar candidatura adversária da candidatura do MDB de Rio Branco, Roberto Duarte, por desventura, não possui paralelo na história do MDB. A Secretária refere-se especificamente ao meu caso quando não acompanhei a decisão majoritária da Executiva Estadual ao dissentir da decisão majoritária. A Secretária está rombudamente errada", comentou. João Correia, em sua publicação, eliminou qualquer comparação que tenha em relação as suas ações no passado. O ex-deputado levou em consideração a resposta de Sinhasique a um internauta que pediu providências ao

FOTO: CEDIDA

João Correia, em sua publicação, eliminou qualquer comparação que tenha em relação as suas ações no passado

Diretório do MDB, no Acre, sobre o caso acusando-a de 'infidelidade ao MDB'.

"No MDB, um partido democrático, nunca vi expulsão de quem não "obedece" a decisão os dirigentes partidários. Temos vários exemplos de emedebistas que não acataram a decisão do partido em eleições passadas e nem por isso foram expulsos", respondeu Sinhasique a um seguidor ligado à Roberto Duarte (MDB).

"Não há nenhum ponto de comparação entre a atitude dela agora e a minha, à época, senão vejamos: a) o candidato Gladson Cameli NÃO era candidato pelo MDB; b) tomei minha decisão (acompanhado por Aldemir Lopes, Adalberto Ferreira, Eugênio de Leão Braga e Roberto Feres, se não me falha a memória) num debate franco e aberto, olhos nos olhos. Infelizmente, a decisão de Eliane Sinhasique não foi tomada num debate interno na Executiva Municipal do MDB; foi comunicada unilateralmente através da imprensa; c) na reunião da Executiva Estadual, em epígrafe, pedi o direito à dissensão, a não seguir a decisão majoritária do partido. Fomos atendidos. A maioria da Executiva Estadual presente nos autorizou a seguir o dissenso pleiteado", esclareceu João Correia.

Por fim, João Correia enalteceu que dento do MDB municipal, o que não falta é diálogo. "Infelizmente esta atitude não pôde ser exibida pela Secretária, por absoluta falta de discussão com seus pares no MDB Municipal. O direito a dissentir no MDB do Acre foi inaugurado pelo saudoso emedebista Josué Fernandes de Souza, memória que tem de ser cultivada e respeitada", concluiu.

Acusada de ser 'infiel' ao MDB, Sinhasique rebate seguidores após anunciar apoio a Socorro Neri

Por Wanglézio Braga

Acusada de "infidelidade ao MDB", a Secretária de Empreendedorismo e Turismo do Acre, Eliane Sinhasique, teve muito trabalho durante o dia, em suas redes sociais, para responder aos questionamentos dos seus seguidores bem como dos simpatizantes da agremiação. Ontem (17), na postagem, ela justificou quatro pontos para apoiar a candidatura de Socorro Neri (PSB) e de Eduardo Ribeiro (PDT) rumo à prefeitura da capital e por sua vez rifar de vez o apoio ao candidato, Roberto Duarte, que tem como candidata a vice-prefeita, Antônia Lúcia Câmara, ambos do mesmo partido da emedebista. Após o anúncio, diversos seguidores pediram esclarecimentos à secretária pela declaração de voto a atual prefeita, do PSB. Um dos internautas chegou a solicitar que o MDB tomasse providência, o quanto antes, abrindo um processo de 'expulsão' de Sinhasique. Tal internauta, ligado a turma de Roberto Duarte, classificou como "traição" a atitude da secretária. "No MDB, um partido democrático, nunca vi expulsão de quem não "obedece" a decisão os dirigentes partidários. Temos vários exemplos de emedebistas que não acataram a decisão do partido em eleições passadas e nem por isso foram expulsos", respondeu Sinhasique.

FOTO: CEDIDA

As declarações caíram como uma "bomba" dentro do MDB, partido que Eliane Sinhasique é filiada há anos

As declarações caíram como uma "bomba" dentro do MDB, partido que Eliane Sinhasique é filiada há anos. Alguns dirigentes fizeram questão de manifestar descontentamento, via rede social, com o voto da atual secretária de Gladson Cameli (PP). Outros simplesmente deram o silêncio como resposta. Uma fonte de dentro do MDB disse à nossa redação que o ato de Sinhasique já foi inserido numa pauta de reunião que ocorrerá dentro do diretório estadual nos próximos dias. O fato é que membros do partido da prefeita, o PSB, elogiaram a postura de Eliane Sinhasique e "curtiram" a sua publicação. Até o momento, Roberto Duarte, não se manifestou sobre o assunto.

Alto Acre: Brasiléia vem com duas candidaturas, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil têm quatro cada

Por Wanglézio Braga

Com o prazo esgotado para as convenções partidárias, já é possível desenhar como será as eleições 2020 no Alto Acre, região que engloba os municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri. Ao todo, o Alto Acre possui quase 44 mil eleitores e é uma região muito importante para o Estado tendo em vista que seus municípios fazem fronteiras com outros países e é o principal corredor para o "Pacífico". De olhos fixos nas prefeituras, os 14 candidatos chancelaram, em tese, seus nomes durante as convenções realizadas nos últimos dias. Agora, miram numa intensa corrida para a campanha eleitoral. Cada um poderá gastar até R$ 123.077,42 mil reais, segundo estipulado pela Justiça Eleitoral. Vale lembrar que o prazo das convenções entre as siglas encerrou no último dia 16, no entanto, a Justiça Eleitoral segue até o dia 26 para o prazo de registro e confirmação de candidaturas, ou seja, as composições de chapas podem sofrer alterações. As eleições estão marcadas para ocorrer no dia 15 de novembro. Veja um resumo dos nomes que pleiteiam as cadeiras dos executivos municipais nas quatro cidades:

BRASILÉIA

A cidade que possui 16.570 eleitores, segundo o portal do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), existiu a possibilidade de quatro candidaturas, mas até o momento, apenas duas estão com o pedido no TRE: Leila Galvão (MDB) e Fernanda Hassem (PT). Leila Galvão que já foi prefeita de Brasiléia tenta mais uma vez retornar ao executivo municipal e com as bênçãos do senador, Sérgio Petecão (PSD). Nas eleições de 2018, ela disputou uma vaga como deputada, mais não conseguiu êxito. Retornou para a área da educação onde trabalha como professora. Já Fernanda Hassem, é atual prefeita. Ela tentará a reeleição, é bastante avaliada por seu desempenho, e luta contra as forças negativas que envolvem o seu partido, o PT.

ASSIS BRASIL

Localizada na tríplice-fronteira, a pequena cidade de Assis Brasil tem, por enquanto, quatro candidatos. O quarteto terá a missão de conquistar os votos dos 5.688 eleitores. O MDB oficializou o arquiteto, João Júnior, genro do ex-prefeito, Humberto Filho. Já o PCdoB lançou o candidato "Pilique", Jesus Lopez. O tucano Antônio de Souza, o ZUM (PSDB), tenta a reeleição. E o atual vice-prefeito, José Filho, popular 'Zé do Posto', também é candidato, mas pelo PSD.

FOTO: CEDIDA

Ao todo, o Alto Acre possui quase 44 mil eleitores e é uma região muito importante para o Estado

EPITACIOLÂNDIA

Cidade-gêmea, Epitaciolândia possui 11.303 mil eleitores. Até o momento, quatro chapas concorrem à prefeitura. O atual prefeito, Tião Flores (PP), busca a reeleição. O PSDB lançou o delegado de polícia, Sérgio Lopes como o candidato dos tucanos. O empresário, Everton Soares (PSL), também busca a cadeira de prefeito. E uma mulher, Neide Lopes (PT), tentará a vaga de chefe do executivo municipal.

XAPURI

Em terras de Chico Mendes a disputa também será acirrada e cada um vai ter que suar a camisa para conquistar o coração dos 11.298 mil eleitores. O atual prefeito, Bira Vasconcelos, do PT, tentará a reeleição. O advogado, Venícius Ribeiro (MDB) representará o MDB na disputa municipal. Carla Mendonça é a candidata do PP e Gessi Nascimento, o 'Capelão' foi o escolhido pelo PSD.

Direito/dever

Não é a política que faz o candidato virar ladrão é o seu voto que faz o ladrão vira político.

Concordo em número, gênero e grau com todos àqueles que se encontram decepcionados com os nossos representantes políticos, entretanto discordo, e de forma literal, com todos àqueles que estão deixando de votar, posto que, em sendo ao mesmo tempo um direito e um dever, do direito o eleitor pode abdicar, mas do dever, jamais. Numa linguagem bastante objetiva, assim me expresso: o voto é a chibata do povo e, logicamente, para bater no lombo dos maus políticos, pois estamos a tratar do único instrumento que impossibilita os maus políticos a terem acesso ao poder. Outra não é a razão que nos recomenda a cumprir o referido dever.

Que a nossa legislação eleitoral é demasiadamente anárquica, e em razão disto o eleitor vê-se desestimulado, é fato. Entretanto, se você abdica do dever de votar, não raramente, acaba fazendo a vontade dos maus políticos, sendo mais preciso, favorecendo-os. A se confirmar a avalanche de candidatos a prefeitura de nossa capital, sete deles se habilitaram e já puseram seus pés na estrada na busca de votos. De todos, ouviremos as mais auspiciosas promessas, algumas delas, se devidamente sopesadas, já se revelam impossibilitadas de concretudes. Em princípio, você deve votar no candidato que sua consciência determinar, e de pronto exclua àqueles que tentarem suborná-lo. Em assim procedendo você estará contribuindo para melhorar a nossa democracia.

Os próximos quatro anos serão desafiadores para os prefeitos que se sagrarem vitoriosos nas próximas eleições, até porque, de Brasília, ou mais precisamente, do nosso tesouro nacional, o tradicional pronto-socorro para as demais unidades da nossa federação, em particular, dos nossos municípios, pois seus cofres se encontram vazios, e ainda por cima, tendo que administrar monstruosos déficits. Ainda que a esperada vacina contra a Covid-19 já tenha sido descoberta e devidamente testada, a sua maldita herança fará com que os nossos gestores públicos tenham o máximo de prudência e responsabilidade com os minguados dos recursos públicos que lhes serão disponibilizados, do contrário, a prenunciada crise fiscal irá aprofundar. Se na última eleição presidencial 30% dos nossos eleitores optaram pelo direito de não votar, e em sua grande maioria, a título de protesto, que nas próximas eleições continuem protestando contra os maus políticos, porém positivamente. Para tanto, basta que você vote nos candidatos que a sua consciência determinar. Ao deixar de votar você acaba favorecendo a eleição daqueles candidatos que motivaram as suas decepções.

Em reunião, Gladson anuncia a convocação de 201 aprovados em concurso da PC

FOTO: CEDIDA

A convocação de novos agentes para a pasta da segurança foi uma promessa de campanha das eleições de 2018

Por Wanglézio Braga

A última agenda desta quinta-feira (17) do Governador Gladson Cameli (PP) foi com o Secretário de Segurança Pública, Paulo César. Na reunião entre o chefe do executivo e o secretário, a convocação e nomeação de mais de 200 aprovados no último concurso da Polícia Civil (PC). O chamamento, segundo Gladson Cameli, pode ocorrer em breve entre outubro e novembro deste ano. A convocação de novos agentes para a pasta da segurança foi uma promessa de campanha das eleições de 2018. No ano passado, enquanto recebia o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, o governador Gladson Cameli foi alvo de protestos dos provados que levaram a pauta da convocação para o evento ministerial. Durante o ato, diversos manifestantes chegaram a fazer coro ao ministro para que ele intercedesse nos chamamentos. "Anunciei a convocação e nomeação dos 201 aprovados no concurso público da Polícia Civil. Estamos trabalhando para a convocação ser em outubro e a nomeação em novembro. Dessa forma, cumprirei mais uma promessa de governo para fortalecer o combate ao crime no Acre. Este é mais um importante reforço que estamos assegurando para as nossas forças policiais, que estão com seus profissionais dia e noite nas ruas arriscando suas próprias vidas para proteger a nossa população", anunciou Cameli.

O governador disse ainda que recebeu o aval da SEPLAG para chamar, numa leva posterior, outros aprovados em concurso exclusivo para áreas da pasta. "Já recebemos o aval da Secretaria de Planejamento e Gestão para convocarmos e nomearmos os demais delegados, escrivães, agentes e auxiliares de necropsia aprovados no concurso da Polícia sem que haja prejuízos às finanças do Estado e à folha de pagamento dos servidores", concluiu.

Justiça nega novamente habeas corpus de um dos envolvidos no acidente que matou mulher em Rio Branco

Marcelina Freire

FOTO: CEDIDA

O desembargador-relator, desconsiderou a ilegalidade apontada pela defesa

Mais uma vez, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Acre (TJ/AC) negou o Habeas Corpus (HC) de Alan Lima de Araújo, um dos envolvidos no suposto racha que culminou na morte da jovem Jonhliane Paiva, no dia 6 de agosto deste ano. O pedido foi julgado nesta quinta-feira,17, e negado por unanimidade. A defesa informou que vai recorrer da decisão. Segundo o TJ, na decisão, o desembargador-relator, Samoel Evangelista, desconsiderou a ilegalidade apontada pela defesa na manutenção da prisão do réu e destacou que as provas apresentadas para a prisão preventiva comprovam a 'materialidade e são indícios suficientes de autoria já, inclusive, denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual contra o réu'. "Ele considerou presentes os pressupostos e os requisitos exigidos para prisão preventiva, que são a prova da materialidade, e indícios suficientes de autoria já, inclusive, denúncia formulada pelo Ministério Público Estadual contra o réu. Para o desembargador, a decisão está fundamentada" informou o TJ. Ainda de acordo com o Tribunal, a defesa de Alan alegou no pedido de habeas corpus que a decisão não demonstra que a liberdade do jovem abala a ordem pública ou põe em risco a instrução criminal. A defesa sustenta que o jovem não participou de racha.

MEC disponibiliza R$ 525 milhões para retorno das aulas presenciais

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, informou na última quinta-feira (17), que o Ministério da Educação irá liberar R$ 525 milhões às instituições de ensino básico no país para um eventual "retorno às aulas" presenciais durante a pandemia do novo coronavírus. De acordo com informações divulgadas pelo MEC, o dinheiro será repassado às instituições por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O valor será usado para a compra de produtos de higiene, contratação de serviços especializados de ambiente, pequenos reparos e adequação das salas. Parte do recurso vai entrar como melhoria do acesso a alunos e professores. "É uma ação bem deliberada de mudar essa rubrica orçamentária e auxiliar a escola lá na ponta para receber os alunos com uma condição mínima de segurança nesse possível retorno às aulas, que é o que vamos buscar", destacou o ministro, em audiência da Comissão Mista da Covid-19 do Congresso Nacional. Segundo Milton Ribeiro, o MEC está na fase final da elaboração de um protocolo de biossegurança voltado às escolas da educação básica. Até a publicação desta matéria não foi informado a previsão de retorno das aulas presenciais. ***[Assessoria]***

FOTO: CEDIDA

Segundo Milton Ribeiro, o MEC está na fase final da elaboração de um protocolo de biossegurança

ARTIGO

Negligência com ambiente e indígenas afeta investimentos

Eugenio Singer*

No momento em que a crise deflagrada pelo novo coronavírus cria gravíssimo impacto planetário de múltiplas consequências, alguns fatos de especial relevância causam inédita preocupação, pelo poder que têm em interferir nos já difíceis e imprevisíveis rumos do desenvolvimento humano, social e econômico global no futuro pós-pandemia. Distintas dimensões da crise entrelaçam-se no Brasil, fazendo convergir problemas anteriores e aqueles deflagrados pela Covid-19. Isso tem repercussões ambientais e sociais de alto risco para o País, seu povo e instituições, bem como para a humanidade.

Afinal, é inegável que o Brasil, por suas características geopolíticas, diversidade cultural e incomparável patrimônio ambiental, é um dos pilares das transformações dos conceitos de desenvolvimento que se observam em escala global, pautados na sustentabilidade socioambiental e no respeito aos direitos humanos. Por isso, independentemente do esforço de autoridades, centros de pesquisa, universidades, comunidade de saúde e sociedade civil em atender às urgências da pandemia e em preservar a capacidade de recuperação da nossa economia, cabe alertar sobre alguns pontos que podem ter efeitos desastrosos no futuro próximo do País e na sua inserção nos esforços globais de soerguimento:

Grupos empresariais de diferentes nações e ramos de atividade manifestaram seu desconforto com os rumos que vem tomando a destruição da Floresta Amazônica, com aumento expressivo do ritmo e do volume do desmatamento. É crescente a fragilização das condições de investimento no País. Este problema decorre das sinalizações efetivas, dadas por instituições e personalidades de governo, por meio de palavras, ações e omissões, de um afastamento dos preceitos ecológicos. Trata-se de postura em sentido contrário dos protocolos de ação consolidados no mundo inteiro, que reconhecem a necessidade e a urgência inarredável de respeito e defesa do meio ambiente como bem estratégico coletivo e não mais como objeto de uso predatório e centrado em interesses produtivos mais imediatos. É crescente a parcela da sociedade global que reconhece na conservação rigorosa e de base científica dos recursos naturais e dos bens da natureza um ativo de imenso valor, preponderante para o crescimento econômico sustentável.

Outra questão a ser considerada é que a pandemia e seus efeitos devastadores mostram-nos que a retomada das atividades e das esperanças individuais não deve pretender apenas recompor o desenho previamente existente no qual espelhávamos nossas vidas, nossas sociedades, nossa economia e nossas interações locais, nacionais e globais. A recuperação exige pensamento estratégico. É decisivo dar um passo à frente, dialogar com as reflexões e respostas positivas e inovadoras hoje gestadas no mundo todo. Dessa forma, é incompreensível e causa perplexidade que o Brasil não se dedique a inserir fortemente a Amazônia preservada como parte fundamental de seu cacife para a conjuntura necessariamente diferenciada que surgirá da Covid-19. Mas, o que vemos é o aumento expressivo e persistente do desmatamento, a fragilização dos órgãos de fiscalização com expertise na área ambiental e a redução significativa das punições impostas aos infratores.

Também é pesarosa a situação de risco extremo a que estão submetidos os povos indígenas em todo o País, sobretudo na Amazônia. À escalada da pressão de atividades ilegais de mineração e desmatamento em suas terras, mesmo as já demarcadas, soma-se agora a ação devastadora do novo coronavírus. Mesmo diante de tais ameaças concretas, esses brasileiros não vêm recebendo a atenção diferenciada que sua situação de maior vulnerabilidade exige. Em contraste com o esforço voluntário da sociedade civil brasileira e internacional para socorrê-los, é nítida a participação tímida dos órgãos governamentais na sua proteção, mesmo diante dos números que indicam um impacto que pode ser fatal para várias etnias.

Entendemos ser indissociáveis as duas questões aqui destacadas, ou seja, a proteção ao meio ambiente e os direitos indígenas. A destruição de uma acarretará graves danos à outra e vice-versa. E ambas são conquistas que estão na base do pensamento crítico e analítico que nos leva a rever padrões de valores que fundamentam a vida em sociedade e, principalmente, a arejar o pensamento empresarial sobre seus compromissos para além da realização econômica. Hoje, de maneira nítida e abrangente, tais princípios passam a fazer parte intrínseca da vida das empresas, dos critérios de mercado, de investimentos e de viabilidade de parcerias. Não se trata de ideologia, mas de constatar o efeito virtuoso de trazer o futuro para os cálculos do presente e, assim, não o inviabilizar.

Finalmente, cabe acentuar o elevado risco de que um estigma antiambiental e contrário aos direitos indígenas afaste o Brasil da interlocução global e do fluxo de capitais. E, certamente, a política ambiental atual, com um nível ponderável de relaxamento dos protocolos básicos de licenciamento, controle e garantia de transparência dos dados sobre desmatamento, aliada ao insuficiente apoio às comunidades indígenas, não é um caminho que possa dar suporte a parcerias duradouras com corporações, instituições e fundos internacionais.

***Eugenio Singer, PHD em Engenharia Ambiental, é presidente da Ramboll Brasil e do Conselho de Administração do Instituto Pharos.**

Na Rádio Aldeia, Gladson reforça compromisso com povo acreano

Em entrevista ao programa Cidadania nesta sexta-feira, 18, apresentado pelo jornalista Jairo Carioca na Rádio Aldeia, e transmitido em rede estadual de rádio pelo Sistema Público de Comunicação, o governador Gladson Cameli reforçou seu compromisso com a população acreana ao longo de um ano e nove meses de gestão. Gladson relembrou o caos administrativo encontrado quando assumiu o governo estadual. E citou que ao longo dos seis meses desde a primeira confirmação de casos de Covid-19 no Acre, o Estado tem feito todo o possível para dar as melhores condições de atendimento para a população acreana. "Passou um filme na minha cabeça. Desde o início dessa pandemia, temos feito tudo que está ao nosso alcance. E, mesmo com toda a limitação financeira do Acre, conseguimos entregar dois hospitais, prontos para uso. Espero que a vacina para essa doença saia o mais rápido possível, para que possamos virar essa página. Estou com a consciência tranquila de ter feito o meu melhor", enfatizou. Ainda falando a respeito da área de saúde pública, Cameli agradeceu a colaboração da imprensa na divulgação dos dados a respeito da Covid-19. E disse que aprendeu muito com toda a situação. "Minhas concepções de vida mudaram. Precisamos valorizar ainda mais as pessoas. E aproveito para me solidarizar com todos que perderam pessoas amadas. É uma situação muito delicada, mas tenho fé em Deus que iremos vencer tudo isso, com muita dignidade e certeza de dias melhores".

FOTO: SECOM

Gladson relembrou o caos administrativo encontrado quando assumiu o governo

Concursos públicos

O governador falou ainda sobre concursos públicos, esclarecendo que o Estado tem necessidade de mais profissionais em diversos setores da administração. Em setembro foram convocados mais de 300 professores e nesta quinta-feira, 17, o governo do Estado anunciou a contratação de mais de 200 policiais civis. "Nós temos contado com uma equipe muito boa na Secretaria de Planejamento e Gestão. E temos feito um esforço muito grande para convocar todos esses profissionais e somálos ao quadro do Estado. Temos economizado em todas as esferas possíveis para ter os profissionais de que tanto precisamos, seja por meio de renegociação de dívidas da gestão passada ou economizando nos mínimos detalhes. Não existe mágica, o que existe é o compromisso pelo bem comum", esclareceu o governador.

Segurança Pública

Cameli falou sobre o importante e necessário trabalho feito pelo Grupamento Especializado em Fronteira (Gefron), que tem atuado no combate aos ilícitos transfronteiriços, principalmente o tráfico de drogas e armas. O foco do Gefron é nas áreas de fronteira com a Bolívia e o Peru. "Temos respeitado as instituições e, como já disse, estou fazendo o que posso para proporcionar melhores condições de trabalho a esses guerreiros que atuam na segurança pública. Pessoas que se dedicam diariamente a proteger vidas", disse Cameli. Gladson relembrou a entrega de viaturas e equipamentos para municípios do Alto e Baixo Acre, Juruá e Purus. "Temos feito um alto investimento nas forças policiais, para que possamos garantir o direito de ir e vir da população", disse.

Educação

Ao responder uma pergunta sobre a boa colocação do Estado do Acre no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pelo segundo ano seguido, em que o estado foi líder na região Norte entre as séries iniciais do ensino fundamental, que vai do 1º ao 5º ano, Cameli agradeceu a toda equipe da Secretaria de Educação, por meio do secretário Mauro Sérgio Cruz, por tamanha dedicação à educação pública. "O que move o meu otimismo é que eu gosto de desafio e vejo que nossa equipe de governo tem entendido o recado. Este Estado não pertence a mim. Eu não serei governador eternamente. Mas enquanto estiver sentado na cadeira de governador eu darei o meu melhor pelas nossas crianças, pelos nossos jovens. Nós inserimos neste ano duas refeições, fardamento, reformamos diversas escolas. Por isso, eu repito que, quando há participação de todos e boa vontade, as coisas podem melhorar".

Meio Ambiente

"Tolerância zero para as pessoas que têm provocado queimadas. Por isso o Estado montou uma força-tarefa para combater queimadas urbanas, com destaque para a cidade de Rio Branco. Mas, além disso, precisamos da conscientização das pessoas. Sempre disse que era a favor da geração de emprego e renda por meio do agronegócio, mas eu nunca disse que era a favor da destruição do meio ambiente. Muito pelo contrário. Eu acredito que a floresta é a nossa vida. E por isso precisamos preservá-la", disse Cameli. O governador comentou ainda a respeito das diversas ações do Estado para a preservação do meio ambiente. Ações que vão desde a criação do Comitê integrado de ações de Meio Ambiente, com acordo de cooperação técnica interinstitucional para facilitar a logística nas missões nas unidades de conservação, bem como o estabelecimento do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental. ***[Agencia de Notícias]***

Governo decreta emergência por causa de problemas na captação de água em Rio Branco

Marcelina Freire

O vazamento de água na área de capitação de água e Estação de Tratamento (ETA II) deixou a capital acreana sem água em diversos bairros por vários dias neste mês de setembro e fez o governo do Acre decretar situação de emergência. O decreto foi publicado na edição desta sexta-feira, 18 do Diário Oficial do Acre (DOE). O problema foi causado devido à uma erosão na lagoa, local onde fica armazenada a água para tratamento e distribuição. Diante da possibilidade de desabastecimento do sistema de água, o governo decidiu decretar estado de emergência. Com a declaração do decreto, o governo não precisa fazer licitação para contratar o serviço de reforma e estudo de viabilização da área. Segundo o Departamento Estadual de Água e Saneamento (Depasa), o problema na lagoa aconteceu há aproximadamente 4 meses e toda a água que estava armazenada acabou vazando. Para diminuir o problema o órgão improvisou uma solução temporária para possibilitar a continuidade da capacitação.

Com o vazamento na ETA II, ao menos 17 bairros em Rio Branco foram atingidos diretamente, são eles: Conjunto Solar; Conjunto Procon; Vila Ivonete; Nova Estação; Geraldo Fleming; Conquista; Antônio da Rocha Viana; Village Tiradentes; Avenida Getúlio Vargas; Tancredo Neves; Alto Alegre; Loteamento Novo Horizonte; Vila Nova; Residencial Reserva do Bosque; Novo Cruzeiro; Residencial Santa Mônica e Montanhês.

FOTO: CEDIDA

Com a declaração do decreto, o governo não precisa fazer licitação para contratar o serviço de reforma e estudo de viabilização da área

Conselheiro tutelar é preso por abuso sexual de adolescente em Porto Acre

Marcelina Freire

A polícia civil prendeu na manhã desta sexta-feira, 18, um conselheiro tutelar do município de Porto Acre, suspeito de abuso sexual cometido contra uma adolescente naquele município. Na manhã de ontem a polícia cumpriu diligências na residência dele, mas não conseguiu encontrar e prender o suspeito. Já na manhã de hoje, o homem se apresentou a delegacia onde foi preso. Contra o conselheiro pesam duas denúncias de possíveis abusos, em um dos casos a menor, uma adolescente de 13 anos de idade estaria grávida. De acordo com a investigação, além da adolescente grávida, há contra o conselheiro outra denuncia de possível abuso ocorrido em 2017. Neste caso o homem tentou uma aproximação com uma vítima que buscava atendimento porque já havia sofrido abuso sexual. Na ocasião a avó da menina estranhou o tratamento para com a neta e relatou o ocorrido. Nossa equipe entrou em contato com um conselheiro que não quis se identificar que o suspeito foi a casa da vítima utilizando o veículo oficial do conselho tutelar no horário de almoço para leva-la prática não condizente e incomum já que os profissionais não costumam proceder desse modo. "Nós recebemos uma denúncia que ele (suspeito) havia ido a casa da vítima no horário de almoço para buscá-la, que segundo ele iria fazer atendimento, coisa que nós fazemos. Não trabalhamos no horário de almoço. A avó dela (vítima) relatou que ele havia ligado e pedido para a menina para se arrumar que ele iria buscá-la e a avó desconfiou". Conta. Segundo o relato, a menina disse em depoimento que o suspeito "havia dado um beijo em seu rosto, perguntado se ela tinha namorado e pediu o número de telefone para conversarem". Ainda de acordo com as informações, ao tomarem conhecimento dos fatos os demais conselheiros foram até a casa da família da adolescente e pediram para que avó identificasse o profissional que havia ido buscar a menina. "Quando recebemos a denúncia, fomos os cincos conselheiros a casa da avó da menina para que ela mostrasse quem era, e ela disse que era ele. Aí nós enviamos uma denúncia ao MP e também relatamos os fatos a prefeitura que ficou de apurar o caso". Diz. O suspeito na época ocupava o cargo de presidente do conselho tutelar daquele município. Ainda de acordo com o relato de um outro conselheiro na época, o suspeito não deu encaminhamento a caso de abuso que menina havia sofrido quando buscou ajuda do órgão. "Ele ficou acompanhando o caso e não passava relatório de como estava o andamento do processo. Apenas disse que havia repassado o caso para Rio Branco porque a vítima tinha se mudado de endereço". Relata.

FOTO: CEDIDA

Contra o conselheiro pesam duas denúncias de possíveis abusos, em um dos casos a menor

Estudante do Centro Universitário Uninorte cria Projeto Fluxo Solidário

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o Acre está entre os 10 estados mais pobres do país, sendo que 18,9% da população vivem com menos de R$ 4 por dia, de acordo com dados do Banco Mundial. Com o intuito de amenizar alguns dos problemas econômicos que muitas famílias acreanas enfrentam, a acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Uninorte, Vitória Brito, criou o Projeto Fluxo Solidário, que tem por objetivo distribuir absorventes para jovens de 10 a 20 anos em situação de pobreza. Vitória conta que o projeto alertará sobre um problema com o qual, em média, 5 mil meninas sofrem no Acre. "É um sinal para as políticas públicas e de assistência social voltadas para saúde da mulher. Nosso sistema de saúde se preocupa em distribuir preservativos e anticoncepcional, por que não distribuir absorventes para a população de baixa renda, mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade nas ruas do estado e presidiárias", argumenta. Segundo a estudante, o Acre é um dos primeiros estados a iniciar a campanha, em parceria com a Secretaria de Assistência Social. "Estamos trabalhando também com o Projeto de Lei nº 428/2020 da Deputada Federal Tabata Amaral, que é uma grande apoiadora", enfatiza. A estudante também diz que o foco é entrar, se possível, com um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Acre, para que posteriormente vire lei.

FOTO: ASSESSORIA

Ação social visa atender a população feminina carente do estado

Sobre o projeto

A ideia para que o projeto fosse idealizado veio depois que a estudante visitou uma família de baixa renda, com um grupo de três meninas que precisavam economizar absorvente, usando apenas um por dia para não ficar sem o produto. A estudante acrescenta que quase metade da população feminina do estado passa cinco dias com ciclo menstrual ativo. O custo de aproximadamente R$ 0,50 por um único absorvente é suficiente para que o direito a higiene vire luxo. O projeto ainda não tem voluntários, mas tem o apoio da Secretaria de Assistência Social do Estado do Acre. E com este apoio, Vitória conseguiu visitar a primeira-dama Ana Paula Cameli e apresentar o projeto. "Minha visita a primeira-dama Ana Paula Cameli foi intermediada pela Ana Paula Lima, secretária de Assistência Social. A secretária me ouviu e leu com muita atenção meu projeto com ênfase em saúde da mulher, e logo após a primeira-dama marcou uma reunião comigo", conta. Quem se interessar pelo Projeto Fluxo Solidário e quiser se voluntariar pode entrar em contato por meio do Instagram @fluxosolidario.acre. ***[Assessoria]***

Governo, produtores rurais e órgãos ambientais alinham ações de fortalecimento do agronegócio

FOTO: SECOM

O vice-governador destacou a importância de o governo ouvir a todos que estão envolvidos na área de desenvolvimento

Adotar medidas legais para diminuir a burocratização das leis ambientais, dar maior celeridade na análise de processos e licenças e alinhar ações de crescimento e fortalecimento do agronegócio no Acre. Esses foram alguns dos pontos discutidos em uma reunião realizada na manhã desta sexta-feira, 18, no gabinete do vice-governador Major Rocha, que contou com a participação de secretários de Estado, representantes dos órgãos ambientais do Estado e do setor produtivo. O vice-governador destacou a importância de o governo ouvir a todos que estão envolvidos na área de desenvolvimento, neste caso pecuarista e produtores. "Toda vez que nós, enquanto governo, avançamos em alguma área é importante ouvir as pessoas que estão envolvidas. O agronegócio e os produtores rurais precisam que o Imac acompanhe o processo de desenvolvimento que o Estado iniciou no nosso governo. Foram apresentadas uma série de sugestões e até mesmo o cumprimento de algumas normas que estão sendo deixadas de lado, mas isso já ficou alinhado nesta reunião. Acredito que saímos com um bom resultado dessa conversa, com produtores animados com a perspectiva do crescimento da produção rural, de grãos e com a simplificação dos processos burocráticos dos órgãos ambientais, ajudando o produtor e trazendo credibilidade mostrando, assim, que o Estado está do lado daquele produtor que quer andar dentro da legalidade", declarou Rocha. Major Rocha disse também que o Acre sofreu com o abandono do setor produtivo por anos, mas que agora está resgatando a sua vocação natural para a produção. "Hoje estamos num resgate da produção com tecnologia e com ajuda dos órgãos de crédito no financiamento para construção de silos e para produção, e o Estado tem que fazer a parte que é desburocratizar, simplificar a vida do produtor", avaliou o vice-governador. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (Faeac) e pecuarista, Assuero Doca Veronez, disse que o estado está retomando o seu desenvolvimento com o crescimento do agronegócio, mas é preciso que o setor produtivo, governo, secretarias e órgãos ambientais caminhem na mesma direção. Entre os pontos apresentados, Veronez diz que algumas medidas que estão travando o avanço da produção no Acre são decorrentes de interpretação equivocada das leis ambientais. "Apresentamos aqui os problemas que estamos passando quanto ao financiamento nos bancos e, em contrapartida, trouxemos essas reinvindicações que foram apresentadas nessa reunião com órgãos ambientais, com o secretário de Agricultura para discutirmos efetivamente onde estão os gargalos e como superá-los. Foi uma reunião produtiva acredito que teremos o resultado muito em breve quando iremos superar esses pontos que estão, de certa forma, travando, retardando os processos de regularização ambiental", disse. Israel Milani afirmou que a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) tem trabalhado para o fortalecimento do agronegócio e do setor produtivo de maneira sustentável e sempre respeitando as leis, mas sempre disposta a contribuir com o crescimento econômico do Acre. "Desde o início da gestão do governo de Gladson Cameli abrimos as portas para o agronegócio de maneira sustentável, de maneira legal e a prova é que no ano passado fizemos mais de cinco atos dentro da Federação da Agricultura e isso mostra o comprometimento do governo tanto com a área ambiental como com a do agronegócio. Nós temos leis, nós temos normas que temos que seguir, mas estamos de portas abertas para todos. O governo está aberto para o agronegócio e muito alinhado com a parte ambiental e fazendo de maneira correta, podemos, sim, produzir, preservar, gerar emprego e renda em nosso estado", afirmou o secretário de Meio Ambiente. *[Agencia de Notícias]*

Senac Acre abre inscrições para curso gratuito em Rio Branco

O Senac Acre lançou na sexta, 18, edital para 18 vagas gratuitas para o curso Técnico em Estética. O processo seletivo é destinado ao preenchimento de vagas do Programa Senac de Gratuidade (PSG), que tem como objetivo promover a inclusão social de pessoas de baixa renda. As inscrições acontecem somente pela Internet, de 18 a 21 de setembro, por meio do link psg.ac.senac.br/PSG/EscolherCursoV2.aspx. A primeira convocação ocorrerá no dia 22 de setembro e o início das aulas no dia 28, que são remotas enquanto durar a pandemia. "As aulas, a princípio, serão on-line, mas assim que for liberado o retorno normal das atividades do Senac Acre, as aulas passarão a ser presenciais em nossa unidade do bairro Bosque, modalidade temporariamente suspensa devido a pandemia", explicou Evandro Araújo, coordenador de programas sociais e projetos estratégicos do Senac Acre. Os cursos ofertados por meio do PSG, que tem por objetivo garantir o acesso à educação profissional de qualidade a população de baixa renda, ou seja, pessoas cuja renda familiar mensal por pessoa não ultrapasse dois salários mínimos. Os candidatos a essas vagas devem atender aos requisitos do curso, que são ter 18 anos de idade e cursando, no mínimo, o 2º ano do ensino Médio. O curso Técnico em Estética tem uma duração de 1.200 horas e habilita o profissional para realiza avaliação, procedimentos de estética facial e corporal, além de orientar acerca dos cuidados específicos, incluindo a terapia capilar. Este pode atuar em organizações privadas, do terceiro setor, em seu próprio negócio e presta serviços tanto domiciliares, como em salões e institutos de beleza, spas, hotéis, cabines de estética, cruzeiros marítimos, academias, condomínios, clínicas médicas, estéticas e outros serviços de saúde, incluindo os que integram ações coletivas e sociais. *[Assessoria]*

FOTO: ASSESSORIA

São 18 vagas para o curso Técnico em Estética e as inscrições vão até 21 de setembro

Governo exclui mais de 5 milhões de MEIs do auxílio emergencial

FOTO: ASSESSORIA

O Brasil tem 10,7 milhões de cadastros de MEIs, de acordo com o Sebrae

Morando de aluguel e com dois filhos dependentes, a corretora autônoma de seguros Janete Queiroz é uma Microempreendedora Individual (MEI) que viu a renda da família cair para mais da metade com a crise provocada pela pandemia da covid-19. O isolamento social necessário para conter a disseminação do coronavírus impediu que ela e o marido, também corretor, pudessem manter as vendas de modo presencial. Em abril, solicitaram o auxílio emergencial. O benefício foi negado para os dois. Eles fazem parte do grupo de aproximadamente 5,7 milhões de MEIs excluídos desta assistência pelo governo. Criado em março como uma "medida excepcional de proteção social" para o enfrentamento da pandemia, o auxílio é direcionado principalmente a Microempreendedores Individuais, desempregados, trabalhadores informais e mães provedoras de família monoparental. Para os MEIs, contudo, o benefício só chegou à metade da categoria. O Brasil tem 10,7 milhões de cadastros de MEIs, de acordo com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Mas, o auxílio emergencial foi concedido só para cerca de 5 milhões de microempreendedores individuais, segundo dados oficiais divulgados pelo Ministério da Cidadania. "Esse benefício tem sido importante para ajudar os empreendedores a passar pela pandemia com menos dificuldades e também traz para o país um colchão de liquidez que ajuda as micro e pequenas empresas a superarem a crise em função do dinheiro que passa a girar na economia", afirmou o gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Silas Santiago, em reportagem publicada pelo site UOL nesta semana. O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sérgio Takemoto, reforça a análise. "É um recurso necessário tanto para a sobrevivência destes trabalhadores como para a manutenção da atividade econômica", ressalta. "Garantindo-se a renda das pessoas, elas vão gastar no supermercado, na farmácia, na padaria e os recursos vão aquecer a economia. Esse dinheiro volta e gera receita para o país", acrescenta Takemoto.

"FOI O QUE ME SALVOU" — É o caso da massoterapeuta Graciane Galvão, de Brasília (DF). Formalizada como MEI desde 2017, ela esperou um mês para começar a receber, em maio, o auxílio emergencial de R$ 1,2 mil (mães provedoras têm direito ao benefício em dobro). "Foi o que me salvou", diz. Mãe de uma filha de 7 anos e de um rapaz de 17, estudante de Engenharia Elétrica na Universidade de Brasília (UnB), Graciane usa todo o dinheiro do benefício para pagar o aluguel e as contas de água e energia: "Vai tudo direto para estas despesas". A massoterapeuta também precisou renegociar as prestações do carro e tem conseguido manter a família com a ajuda que os filhos recebem de pensão alimentícia. "A grande maioria das minhas clientes já me avisou que só vai retornar [às massagens] ano que vem ou quando descobrirem a vacina para o coronavírus. Não sei o que seria da gente sem este auxílio", ressalta Graciane.

"AUXÍLIO É ENDIVIDAMENTO, DIZ BOLSONARO" — Na noite desta quinta-feira (17), durante live transmitida pelas redes sociais, Bolsonaro afirmou que os recursos do auxílio emergencial são fruto de "endividamento" e não "dinheiro do povo, como muitos estão falando". Hoje (18), a direção da Caixa informou que foram investidos R$ 200 bilhões na assistência aos beneficiários. "Muitos estavam falando que é dinheiro do povo, mas não é. É endividamento que está indo para as contas de todo mundo. O governo não tinha dinheiro em caixa. E é muito pesado para gente e para o Brasil", disse o presidente, na live. Nesta quinta-feira (17), as centrais sindicais lançaram uma campanha, incluindo um abaixo-assinado, em defesa da manutenção do auxílio emergencial em R$ 600. A mobilização deverá se concentrar no Congresso, onde tramita a Medida Provisória (MP) 1.000/2020, editada pelo governo no último dia 2 e que cortou pela metade o valor do benefício. Um dos slogans da campanha é "Bota pra votar já, Maia!", em referência ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em notas, as centrais afirmam que a redução do auxílio "compromete gravemente a capacidade das famílias adquirem alimentação, moradia, transporte e outros bens de consumo básicos, além de todas as outras necessidades". E lembram que o benefício "garantiu o consumo básico de mais de 50 milhões de pessoas". "Agora, com a inflação de alimentos, R$ 300 não compra sequer a cesta básica", pontua o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre.

BUROCRACIA — Formalizada como MEI há mais de um ano, Janete Queiroz conta que ela e o marido apresentaram três contestações às negativas do auxílio emergencial. "Este processo durou mais de três meses", lembra a corretora de seguros, que mora no Guará, a cerca de 20 quilômetros do centro de Brasília.

Segundo ela, as duas solicitações atendiam a todos os requisitos para o recebimento do benefício: "Mas, é tanta burocracia imposta pelo governo que a gente fica sem saber como e a quem mais recorrer". Janete e o marido cansaram de contestar e desistiram do auxílio. "No final das contas, temos pouco espaço para argumentação e a palavra final que fica é a do governo", lamenta a corretora.

OUTRAS EXCLUSÕES — Além dos milhares de MEIs excluídos do auxílio emergencial, outros 6 milhões de brasileiros deixarão de receber o benefício. Nesta quarta-feira (16), decreto do presidente Bolsonaro regulamentou a concessão do chamado "auxílio residual", reduzido para R$ 300 [o auxílio emergencial foi aprovado pelo Congresso no valor de R$ 600, bem superior aos R$ 200 que o governo defendia no início da pandemia]. O Executivo também endureceu as regras para a manutenção do benefício até dezembro e apenas parte dos beneficiários continuará tendo acesso aos recursos. Somente quem começou a receber o auxílio no mês de abril é que terá direito às quatro parcelas extras de R$ 300. De acordo com o decreto, o valor será pago só até o próximo dia 31 de dezembro. "Independentemente do número de parcelas recebidas pelo beneficiário", diz o texto. Quem teve acesso ao auxílio emergencial em julho, por exemplo, receberá a quinta parcela de R$ 600 em novembro. Ou seja, terá direito a apenas uma parcela residual de R$ 300. Sérgio Takemoto destaca que as medidas estabelecidas no decreto prejudicam sobremaneira as pessoas que não conseguiram efetivar o cadastro ao benefício por conta de erros do próprio governo. "Muitos trabalhadores só começaram a receber a primeira parcela depois de abril porque o governo cometeu falhas", aponta. "Houve erros no sistema e negativas do Ministério da Cidadania e da Dataprev, além de outros motivos. Agora, jogam nas costas da população a conta da falta de planejamento. É inadmissível", completa o presidente da Fenae, que sempre defendeu a concessão do auxílio até o final da pandemia e no valor de R$ 600.

SEM CRONOGRAMAS — Embora a MP 1.000 tenha sido editada no último dia 2, até agora o cronograma de pagamento do novo valor de R$ 300 só foi divulgado pelo governo para os beneficiários do Bolsa Família. Para este grupo, as parcelas extras de R$ 300 começaram a ser pagas ontem (17) e vão até o dia 30 deste mês, de acordo com a terminação do NIS. A demora na divulgação dos cronogramas preocupa a Fenae, que teme o retorno de filas e aglomerações nas agências bancárias. "Sem calendário definido e informações claras do governo sobre o corte de beneficiários no pagamento do auxílio de R$ 300, é lógico que as pessoas vão procurar as unidades da Caixa. Mais uma vez, por desorganização ou má fé do governo, a população e os bancários serão penalizados", alerta Sérgio Takemoto. Esta semana, filas foram registradas em agências da Caixa de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo. *[Assessoria Fenae]*

Estado implementa ICMS Ecológico para municípios

FOTO: CLEITON LOPES/SECOM

Secretaria da Fazenda e do Meio Ambiente elaboraram juntas o regulamento para validação dos Municípios

O governo do Acre, por meio das secretarias de Estado da Fazenda (Sefaz) e do Meio Ambiente (Sema), está implementando o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) Ecológico. A partir de 2021, os 22 municípios acreanos passam a ser beneficiados economicamente, caso tenham áreas naturais protegidas em seu território. Criado em 2019, o ICMS Ecológico entrará em vigor no Acre a partir de 2021. A medida tem o objetivo de incentivar a proteção ao meio ambiente por meio da incorporação de critérios de conservação ambiental na fórmula de repasse do imposto aos municípios do estado. Servindo como um critério ecológico de definição da forma de participação de municípios na divisão da receita do ICMS do Estado, a medida funciona também como um meio de compensação fiscal para cidades que não podem utilizar economicamente áreas que possuem unidades de conservação ou que têm seu território protegido, além de incentivar a criação de novas áreas de proteção ambiental. Para o secretário adjunto da Receita Estadual, Breno Caetano, ao criar o ICMS Ecológico, o Estado do Acre utiliza-se da função extrafiscal do tributo para incentivar os municípios a adotarem práticas que privilegiam a manutenção de biomas. "A preservação do meio ambiente deve gerar mais benefícios econômicos do que a sua destruição, bem como possibilitar o incremento das receitas municipais, com base em critérios que refletem na melhoria na qualidade de vida da coletividade" comenta o gestor. Com a colaboração dos municípios, a Sema organizará um cadastro das unidades de conservação presentes em todo o território acreano, denominado Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc). Como critério de avaliação, são consideradas as unidades de conservação ambiental as áreas de preservação ambiental, terras indígenas, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada. O Ceuc deve conter os dados principais de cada unidade de conservação, como a denominação da área, o diploma legal de criação, o ano de criação da unidade, sua categoria, localização e dimensão, entre outros fatores. Com esses dados, anualmente ambas as secretarias devem produzir um levantamento da área ocupada por unidades de conservação ambiental em cada município do estado e encaminhar os dados levantados ao Conselho Deliberativo do Índice de Participação dos Municípios no ICMS (Codip/ICMS) para fins de fixação do Índice de Participação dos Municípios (IPM/ICMS). Segundo a diretora executiva da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Vera Reis Brown, o papel da Sema é de realizar e validar o cadastro do município, verificando se todos os critérios exigidos foram cumpridos. "A Sema é responsável pela política ambiental do Estado e pelo sistema de meio ambiente do Acre. Como trata-se de áreas naturais protegidas, participamos do processo de fiscalização e validação", destaca. *[Agencia de Notícias]*

Segurança promove palestra sobre prevenção ao suicídio

FOTO: PAULO ROBERTO

Servidores da Secretaria de Segurança participam de palestra alusiva ao setembro amarelo

A Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Acre (Sejusp/Ac), por meio com o Centro Integrado de Assistência Biopsicossocial (Ciab) realizou, nesta sexta-feira, 18, a palestra com o tema "Setembro Amarelo: falar é a melhor solução", ministrada pela psicóloga e voluntária do Ciab, Leidiane Rodrigues. A discussão, com expressiva presença dos servidores da Sejusp, trouxe informações gerais sobre o suicídio e mostrou as maneiras de prevenir diversas situações. Durante a roda de conversa, que aconteceu no espaço interno da Secretaria, a psicóloga mostrou que 17% dos brasileiros já pensaram em cometer suicídio. Além disso, enfatizou que nem sempre a causa é a depressão, uma vez que fatores sociais, doenças mentais e aspectos psicológicos também podem contribuir. Por fim, destacou que falar sobre o suicídio não induz a prática, dando ênfase que a melhor forma de prevenção é saber escutar e oferecer apoio, seja com um gesto afetuoso, seja indicando ajuda especializada.

Falar é a solução - Para a psicóloga, a discussão foi de grande importância para a difusão do conhecimento aos servidores, destacando que a mídia tem um papel fundamental neste trabalho preventivo. "Falar sobre o suicídio não está induzindo ninguém a cometê-lo. É necessário que a mídia sempre esteja indicando os locais e as maneiras de se procurar ajuda, além de orientar as pessoas que estão próximas de alguém que esteja pensando em suicídio, para que elas saibam como abordar e orientar de forma correta e responsável", ressalta. O coordenador do Ciab, Antônio Azevedo, destaca que é de competência do centro a promoção de tais atividades que visam a promoção da saúde dos servidores e colaboradores da segurança pública no Estado, principalmente voltado ao lado emocional. "Imagina o servidor que está na linha de frente da segurança e que sofre estresse constante. Este necessita de ajuda profissional para lidar com esses momentos de crise que podem afetar o emocional e atrapalhar a vida profissional e pessoal", finaliza. *[Agencia de Notícias]*

Aeroporto de Feijó passa por manutenção da pista e reestruturação do terminal de passageiros

FOTO: JEAN LOPES

Trabalho está sendo realizado em parceria com a prefeitura

O governo do Acre, por meio do Departamento de Estradas de Rodagens (Deracre) e Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), está realizando a manutenção da pista de pouso do aeroporto de Feijó e melhorando a estrutura física do terminal de passageiros. A ação está sendo executada em parceria com a prefeitura e o objetivo é manter a ligação aérea em perfeito funcionamento entre o município e demais localidades, proporcionar maior segurança de decolagem e pouso, com cercamento, e ainda manter em dia as exigências da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). "O Deracre está fazendo a recuperação da pista e a iluminação, enquanto que a Seinfra realiza a manutenção do terminal de passageiros e cercamento patrimonial, o que é importante para evitar a passagem de animais na pista. Com a implantação da iluminação noturna, em caso de emergência à noite, a pista estará apta a ser utilizada", explicou Ítalo Medeiros, secretário de Infraestrutura. Os serviços estão sendo realizados com recursos do município e do Estado e a previsão para conclusão da manutenção do terminal e cerca patrimonial será nos próximos 60 dias. Segundo o diretor-presidente do Deracre, Petrônio Antunes, a ação é continuada e vem trazendo melhorias desde o ano passado. "No ano que passou, o governo investiu na recuperação do acesso ao aeroporto em parceria com a prefeitura. Já este ano está trabalhando na manutenção da pista. A parceria entre instituições torna o serviço mais rápido e eficiente e quem tem a ganhar é a população", observou Antunes. *[Agencia de Notícias]*

Polícia Civil lança agendamento eletrônico para expedição de carteira de identidade

O Governo do Acre, por meio da Polícia Civil, irá disponibilizar a partir da próxima segunda-feira, 21, o agendamento eletrônico online para expedição de carteira de identidade em Rio Branco. O objetivo é diminuir as filas e aglomerações, e evitar que as pessoas compareçam à Central de Serviço Público (OCA) e que não consigam senha para atendimento no mesmo dia. Disponibilizado inicialmente na capital, o cidadão terá à disposição, com data e hora marcadas, sem tumulto e sem fila, o agendamento do serviço por meio do site da Polícia Civil na internet: http://idpol.ac.gov.br/services . Após o acesso, o usuário deve escolher o posto de atendimento, a data, preencher o formulário e confirmar o agendamento. Na página, o cidadão será informado em relação aos documentos necessários para obtenção da carteira de identidade e será gerado um protocolo da confirmação do agendamento, com data e hora marcadas. Ao fim do atendimento presencial, o solicitante receberá um protocolo do atendimento com a previsão de entrega. A informação se a carteira de identidade está pronta, dentro do prazo previsto, poderá ser obtida pelo telefone 3215-2417, das 8 às 13h. O Instituto de Identificação da Polícia Civil emite desde 2019 o novo formato para emissão da carteira de identidade, seguindo o decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, no qual é facultativo incluir os documentos abaixo relacionados, lembrando que permanece imprescindível somente a certidão de nascimento, se solteiro, ou de casamento original, se casado:

- Título de eleitor;
- Carteira de trabalho e previdência social;
- Certificado militar;
- Carteira nacional de habilitação,
- Documento de identidade profissional;
- Carteira nacional de saúde;
- Números de NIS/PIS/Pasep;
- Também poderá ser incluído o nome social, sem a necessidade de alteração no registro civil.

Outra novidade é que poderão constar indicativos para pessoas com necessidades especiais e códigos referentes ao Código Internacional de Doenças (CID). O solicitante deve ser o próprio cidadão. Menores de idade devem estar acompanhados por um dos pais ou por responsável legal. A primeira via da cédula de identidade é isenta de pagamento, já a segunda via tem uma taxa de R$ 57,52. Para o diretor-geral de Polícia Civil, Josemar Portes, o novo canal vai proporcionar comodidade, agilidade e segurança. "Com o uso da tecnologia, estamos buscando oferecer à população da capital mais conforto e segurança para retirada da carteira de identidade, com um serviço ágil e seguro, evitando aglomerações e respeitando a supremacia do interesse público", ressaltou. A Polícia Civil estuda a possibilidade da implantação do serviço online no interior do estado. Atualmente há mais de seis mil carteiras esperando para serem entregues aos proprietários, sendo 2051, de 2017 a 2019; e mais de 4000, de janeiro a agosto de 2020. Para mais informações, entrar em contato pelos telefones 3215-2417 3215-2484, 3215-2449 e 3215-2451 ou por e-mail: iirhm.acre@gmail.com. *[Agencia de Notícias]*

FOTO: MARCOS VICENTTI/SECOM

Serviço de emissão de carteira de identidade poderá ser agendado

Acre permanece na Bandeira Amarela pela terceira avaliação consecutiva

FOTO: SECOM

A próxima classificação de risco será revelada no dia 2 de outubro

A coletiva de imprensa realizada na tarde desta sexta-feira, 18, pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre) e do Comitê de Acompanhamento Especial da Covid-19, revelou que mesmo com melhorias tímidas nos indicadores das regionais de saúde, todo o Acre se mantém ainda em Nível de Atenção (Bandeira Amarela) pela terceira avaliação consecutiva. O último levantamento do Grupo de Apoio ao Pacto Acre Sem Covid revelou que na regional do Alto Acre houve uma redução de 26% nas notificações por síndrome gripal e uma redução expressiva em internações, que caíram 77%. No Juruá e Tarauacá-Envira, as notificações por síndrome gripal caíram 19%, e os casos confirmados de Covid-19 diminuíram em 19%. Já na região do Baixo Acre e Purus, embora as notificações por síndrome gripal tenham caído 18% e os novos casos de Covid-19 em 21%, houve um aumento no número de óbitos, com 13 mortes registradas. O período de análise foi de 30 de agosto a 12 de setembro. A próxima classificação de risco será revelada no dia 2 de outubro. "A pandemia ainda não acabou. Precisamos prezar pelas medidas sanitárias básicas para que possamos controlar o cenário com o uso de máscaras, o respeito ao distanciamento social e a lavagem frequente das mãos. Temos que ter o apoio de todos, cada um fazendo a sua parte, para que essas ações tenham resultados", destaca a coordenadora do Grupo de Apoio, Karolina Sabino. O secretário de Saúde do Acre, Alysson Bestene, ressaltou que o governo do Estado realizou um grande investimento na área de saúde pública, totalizando a criação de 90 leitos de UTI e 352 leitos clínicos especificamente destinados ao combate da Covid-19, mas que, mesmo com o avanço da rede, os cuidados seguem necessários para que o sistema não fique sobrecarregado. "Agradeço a presença de todos em nosso exercício constante de trazer as informações para a população. Podemos avançar e chegar na Bandeira Verde. É o que queremos. Mas os cuidados individuais e coletivos devem ser permanentes enquanto não houver vacina para a imunização de todos", ressaltou o secretário. Representando a prefeitura de Rio Branco, o coordenador do Comitê Municipal de Combate ao Coronavírus, Osvaldo Leal, lembrou que o uso de máscaras em locais públicos agora é obrigatório por lei e completou: "Nos juntamos aos esforços do governo do Estado. A prefeitura irá instalar outdoors com a lembrança das medidas sanitárias como forma de proteção para toda a população. Estamos mais otimistas com o cenário, mas precisamos estar mais atentos".

Metodologia

O Pacto Acre sem Covid é uma ferramenta destinada a viabilizar a harmonia entre o desenvolvimento econômico, o direito de proteção à saúde e os valores sociais do trabalho, tendo por finalidade fundamental a efetiva proteção do direito à vida. De acordo com o método definido pelo Pacto Acre sem Covid, a classificação em nível de risco é realizada conforme a delimitação territorial das regionais de Saúde do estado, a saber: região do Alto Acre (Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri), Baixo Acre e Purus (Acrelândia, Bujari, Capixaba, Jordão, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Senador Guiomard) e a região do Juruá e Tarauacá-Envira (Cruzeiro do Sul, Feijó, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Tarauacá). A classificação em níveis de risco (bandeiras), expressa por meio de uma nota geral que varia de 0 a 15, é obtida por meio da mensuração de sete índices, sendo eles: isolamento social; notificações por síndrome gripal; novas internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave; novos casos por síndrome gripal Covid-19; novos óbitos por Covid-19; ocupação de Leitos Clínicos Covid-19 e ocupação de UTIs Covid-19. Os níveis de classificação de risco foram divididos em Vermelho, Laranja, Amarelo e Verde, respectivamente do mais restritivo para o mais flexível. A cada 14 dias é realizada uma nova avaliação dos indicadores, cabendo às prefeituras realizar a autorização das atividades permitidas no respectivo nível de risco apurado por meio de decreto municipal, bem como a instituição de protocolos sanitários a serem seguidos pelos setores da economia que estejam autorizados a funcionar. Um trabalho que envolve Estado, prefeituras e entidades e conta com o apoio de toda a comunidade.

Para mais informações de protocolos, acesse: http://covid19.ac.gov.br/

Atividades comerciais mantêm orientações

Na Bandeira Amarela todas as atividades comerciais devem manter as orientações sanitárias estaduais, os protocolos sanitários municipais e demais limitações impostas pela resolução nº 02, de 3 de julho de 2020, do Comitê de Acompanhamento Especial da Covid-19. Alguns setores comerciais tiveram a possibilidade de aumentar a capacidade de atendimento em relação ao previsto na fase anterior (Bandeira Laranja), podendo chegar a 60% agora. Bares, restaurantes, pizzarias, lanchonetes, sorveterias e similares podem reabrir com capacidade de 50% do número de mesas, além da proibição de música ao vivo; restaurantes self service deverão ter protocolo e autorização específicos. Teatros, cinemas e apresentações culturais também puderam voltar com capacidade de apenas 30%. Eventos religiosos em templos ou locais públicos, de qualquer credo ou religião, inclusive reuniões de sociedades ou associações sem fins lucrativos podem retornar com 30% da capacidade. Por fim, centros de formação e capacitação, estúdios de dança, escolas e estúdios de música, centros de formação de condutores de veículos automotores e similares também podem reabrir nesta capacidade. Por meio de decreto, as academias de ginástica também puderam reabrir com capacidade reduzida para 30%. Praças de alimentação também puderam reabrir com protocolo específico. Continuam fechados durante a Bandeira Amarela: espaços públicos como parques, quadras poliesportivas e campos de futebol comunitário. Outro decreto também permitiu a volta de laboratórios de saúde e atendimentos a comunidade de instituições de ensino superior privado. Vale ressaltar que o enquadramento dos estabelecimentos de ensino educacional regular (escolas de ensino fundamental e meìdio, universidades e centros universitaìrios) e creches seraì realizado por meio de resolucʼaÞo especiìfica do Comite de Acompanhamento Especial da Covid-19. ***[Agencia de Notícias]***

Servidores do ISE participam de alinhamento voltado

O Instituto Socioeducativo do Acre (ISE/AC) realizou na manhã desta sexta-feira, 18, uma capacitação interna voltada para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Os servidores do órgão foram orientados sobre a utilização da ferramenta e os benefícios proporcionados com a implantação do sistema na gestão governamental. Na ocasião, o servidor Tárcio Cavalcante, do Gabinete da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, fez uma apresentação com os principais campos utilizados no sistema. Ele explicou que a proposta foi apresentar a ferramenta de uma forma mais simples. "O pessoal acaba recebendo a ferramenta dentro da instituição, mas não tem domínio porque não foi apresentada. O que se busca é agregar o conhecimento por meio das experiências já adquiridas", afirmou.

O presidente do ISE, Rogério Silva, ressaltou que a plataforma vem sendo adotada por diversos gestores e que, após implantação no governo do Acre, os órgãos também começaram a se preparar, atualizar suas estruturas, organogramas e regimentos. "Agora chegou a vez do ISE. Nós já passamos pela atualização de estrutura, estamos atualizando o regimento interno e esse é o momento de capacitar os servidores", disse. Sobre os benefícios, Silva esclareceu que o sistema traz consigo celeridade nos processos e economia nos gastos. "Por vezes você têm que se deslocar até um órgão para protocolar um documento e até mesmo ir buscar esse documento. Nós ganhamos em celeridade, em redução de custo, principalmente com papel e com combustível", ressaltou. ***[Agencia de Notícias]***

FOTO: ELENILSON OLIVEIRA

Servidores foram orientados sobre as principais ferramentas do sistema

Departamento da Juventude e lideranças jovens realizam segunda reunião para reativar conselho

O Departamento de Juventude da Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres (SEASDHM) realizou a segunda reunião de discussão para a alteração da lei nº 1.600 de criação do Conselho Estadual de Juventude do Acre (Cejac), com as lideranças de juventude acreana, nesta quinta-feira, 17. A segunda reunião consistiu na exposição das alterações da lei solicitadas pelas lideranças ainda na primeira reunião, realizada no último dia 2, e no debate para ampliação de espaço na bancada do conselho, como a inserção de empresas Júnior. A finalidade do conselho é de estudar, analisar, discutir, propor, formular, avaliar e articular políticas públicas de juventude que contribuam para a inclusão e afirmação social do jovem acreano. O Cejac foi criado em 2004 pela lei 1.600. Em 2009 foi alterado por meio da lei 2.144, porém, atualmente está inativo. A nova alteração prevê, além da retomada das atividades, a ampliação das ações do conselho, do espaço na bancada e a criação do Fundo Estadual da Juventude (Funjuv), para contemplar os prêmios Certificado Amigo da Juventude e Juventude Acreana. "A juventude do norte tem uma realidade diferente das outras, a reativação do conselho cria uma esperança para que nós, jovens, tenhamos um bom futuro", destacou a coordenadora da pastoral da juventude, Ketlen Lima. O conselho será integrante da estrutura do órgão gestor estadual de juventude do Acre. As alterações serão reavaliadas e encaminhadas ao setor jurídico e conforme aprovação será encaminhada para publicação. "A participação das entidades da sociedade civil voltadas aos jovens contribuirá para que nós tenhamos uma gestão participativa dentro do conselho. A juventude, hoje, tem uma função muito importante na sociedade e precisa ouvida e assistida", salientou o representante da Academia Juvenil Acreana de Letras (Ajal), Jackson Viana. A diretora interina de Direitos Humanos, Isnailda Gondim, do qual pertence o Departamento da Juventude, ressaltou a importância da reativação do conselho para a efetivação das políticas públicas destinadas aos jovens. "Este momento em que jovens de diversos segmentos unem-se para as tratativas referentes às alterações da lei de criação do Conselho da Juventude, marca a união das classes, que reivindicam seus direitos as Políticas Públicas asseguradas", finalizou a diretora. ***[Agencia de Notícias]***

FOTO: NETO LUCENA/SECOM

Representante da Academia Juvenil Acreana de Letras (Ajal), Jackson Viana, falou sobre a importância da gestão participativa

Grupo Energisa está entre as melhores empresas inovadoras do setor de energia

O Grupo Energisa está entre as empresas mais inovadoras do setor de energia brasileiro. A empresa conquistou o 3º lugar do Prêmio Valor Inovação Brasil 2020, em cerimônia especial realizada nesta quinta-feira (17/09/2020). Neste ano, 150 companhias foram avaliadas e divididas em grupos de diferentes setores, de acordo com seus investimentos em inovação, melhores práticas, novos produtos e soluções, estratégias, entre outros indicadores. A premiação é a mais relevante sobre inovação no país. A seleção foi feita a partir de metodologia própria e critérios estabelecidos para refletir a realidade brasileira. "Nossos investimentos em inovação são contínuos desde o início de nossa história. Por isso, somos muito comprometidos com estimular práticas criativas para que os colaboradores gerem valor, seja para produzir algo 100% novo ou para trazer melhoria ao que já existe. Acreditamos que, mesmo em setores regulados, a possibilidade de se diferenciar está na inovação colocada a serviço do cliente", afirma Ricardo Botelho, presidente do Grupo Energisa. Um dos destaques da Energisa em inovação é o apoio ao Energy Future, a maior chamada de projetos de inovação do setor elétrico. Este mês, o hub de inovação anunciou os seis projetos vencedores que já receberam mentoria e, agora, terão suas ideias apresentadas às empresas parceiras, inclusive à Energisa. A iniciativa tem o objetivo de conectar o meio acadêmico, centros de pesquisas e startups ao mercado. "O Energy Future é um marco. É a representação da capacidade do setor elétrico para investimento em inovação e da tendência das concessionárias em juntar forças e se aproximar do universo empreendedor", diz Ricardo Botelho. Além disso, a Alsol/†carrega o DNA de inovação no/†Grupo Energisa e está reinventando os rumos da energia renovável no Brasil. Em 2020, a Alsol já investiu R$ 70 milhões em quatro novas usinas de geração solar distribuída em Minas Gerais. As unidades têm capacidade de geração de cerca de 20,3 MWp (megawatt pico) – energia suficiente para abastecer 20 mil residências. Além de recarregarem os veículos elétricos do projeto de P&D MoovAlsol, as plantas também atendem a pequenas e médias empresas, levando energia limpa e a custo mais competitivo. Atualmente, a empresa está investindo outros R$ 20 milhões no estado, em mais duas usinas solares nas cidades de Iraí de Minas e Piumhi. A inovação também foi um grande diferencial para a Energisa vencer os desafios impostos pela pandemia de Covid-19. A empresa acelerou os processos de digitalização com investimentos em inovação para ampliar o uso da tecnologia em diversas frentes. O atendimento ao cliente foi reforçado nos canais digitais (Gisa/WhatsApp, aplicativo Energisa On e o site energisa.com.br) e o 0800. O volume de interações no Gisa foi cinco vezes maior durante o período de isolamento social. O Grupo Energisa também possui forte atuação em ecossistemas de inovação, brasileiros e internacionais. Por aqui, a empresa atua em parceria com diversos HUBs, como Inovabra, ACATE, Porto Digital, Brain, KPMG e FIEMG. Em 2019, foram aprovados 22 projetos de experimentação (PoCs), com investimento de aproximadamente R$ 5 milhões, além de terem sido realizados 50 *pitches* com startups. A empresa ainda prospectou ativamente soluções em Israel, Canadá, Reino Unido, EUA e China e, atualmente, tem 15 PoCs executadas do exterior. Internamente, a inovação aberta também é fomentada com projetos como o Enova, programa que abrange todo o Grupo que incentiva os colaboradores a contribuírem com a melhoria contínua nos processos. As ideias escolhidas são financiadas e aplicadas à rotina. Somente em 2019, mais de mil ideias foram cadastradas, de 900 colaboradores. O investimento chegou a cerca de R$ 300 mil nos projetos vencedores. O Grupo ainda mantém comitês de experimentação para o financiamento de projetos mais complexos, testando tecnologias e soluções ou validando premissas de negócios. No último ano, 40 projetos foram aprovados no escopo do programa, com ticket médio de investimento de R$ 300 mil. ***[Assessoria]***